

A. I. Nº - 130076.0012/13-4
AUTUADO - BÁRBARA WENDER DE OLIVEIRA SANTOS
AUTUANTE - PAULO DAVID RAMOS DE ALMEIDA
ORIGEM - INFAZ SANTO ANTONIO DE JESUS
INTERNET - 14/08/2014

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0140-05/14

EMENTA: ICMS. 1. INFORMAÇÕES PRESTADAS ATRAVÉS DE ARQUIVOS MAGNÉTICOS COM DADOS DIVERGENTES DOS CONSTANTES NOS DOCUMENTOS FISCAIS CORRESPONDENTES. Descumprimento de obrigação acessória. 2. CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. LANÇAMENTO DO IMPOSTO. Infrações não contestadas. 3. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS DESTINADAS A CONSUMO DO ESTABELECIMENTO. Correção dos valores apurados no Auto de Infração a partir da documentação fiscal e planilha. Documentos apresentados na peça defensiva. Homologação dos valores recolhidos pelo contribuinte com os benefícios da Lei nº 12.903/2013 (Anistia Fiscal). Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Auto de Infração lavrado em 30/09/2013, para exigir ICMS e multa por descumprimento de obrigação acessória, no valor total de R\$57.278,09, com as seguintes imputações:

Infração 1 – Forneceu informações através de arquivos magnéticos exigidos na legislação tributária, requeridos mediante intimação, com dados divergentes dos constantes nos documentos fiscais correspondentes, ficando o valor da multa limitado a 1% (um por cento) do valor das operações de saídas e das prestações de serviços realizadas no estabelecimento em cada período, calculando-se a multa sobre o valor das operações ou prestações divergentes. Fatos geradores ocorridos entre janeiro de 2010 e dezembro de 2011. Valor exigido: R\$50.116,81, com penalidade de 5%, prevista no art. 42, inc. XIII-A, alínea “i”, da Lei nº 7.014/96, alterada pela Lei nº 10.847/07.

Infração 2 – Omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de saldo credor de caixa. Fatos geradores ocorridos nos meses de junho, julho e outubro de 2010; e nos meses de fevereiro e abril de 2011. Valor exigido: R\$4.739,73, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, inc. III, da Lei nº 7.014/96.

Infração 3 – Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias adquiridas de outras unidades da Federação e destinadas a consumo do estabelecimento. Fato gerador verificado no mês de dezembro de 2010. Valor exigido: R\$2.421,55, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inc. II, letra “f”, da Lei nº 7.014/96.

Foi apresentada DEFESA à fl. 74 dos autos, subscrita pela proprietária da empresa autuada.

Limitou-se a impugnação ao item 3 do lançamento. Apontou que a NF nº 94.589, de 09/12/2010, emitida pela empresa Torres e Cia Ltda (FORTELEV), ensejou a obrigação de recolhimento de ICMS, por diferença de alíquotas, tão somente, no valor de R\$242,55, conforme planilha de cálculo e documento fiscal, apensados às fls. 76/77 do presente PAF. Todavia, no Auto de Infração foi

lançada a quantia de R\$ 2.421,55, razão pela qual pede a retificação do Auto de Infração para que possa efetuar o pagamento da importância correta.

O autuante, na informação fiscal, concordou com a retificação do item 3 do lançamento, conforme solicitado na peça defensiva, excluindo da autuação o valor de R\$2.179,00. Com isso a infração 3 foi reduzida para R\$242,55.

Às fls. 81 a 83 foi anexado relatório demonstrando que o contribuinte efetuou o pagamento do valor residual do Auto de Infração, com os benefícios da Lei nº 12.903/2013 (Anistia Fiscal), sendo, em seguida, intimado pela repartição fiscal da revisão efetuado no item 3 do lançamento de ofício (doc. fl. 85).

VOTO

As infrações 1 e 2 foram quitadas pelo contribuinte com os benefícios da Lei da Anistia (Lei nº 12.903/2013), conforme atestam os relatórios apensados às fls. 81 a 83 do PAF. O pagamento é forma de extinção do crédito tributário, de acordo com o que prescreve o art. 156, inc. I, do CTN (Código Tributário Nacional), abaixo transcrito:

Art. 156. Extinguem o crédito tributário:

I - o pagamento;

Assim, os valores recolhidos pelo sujeito passivo deverão ser homologados pela autoridade fiscal competente.

No que tange à infração 3, ficou demonstrado que a Nota Fiscal nº 94.589, de 09/12/2010, emitida pela empresa Torres e Cia Ltda. (FORTELEV), ensejou a obrigação de recolhimento de ICMS, por diferença de alíquotas, tão somente, no valor de R\$ 242,55, conforme planilha de cálculo e documento fiscal, apensados às fls. 76/77 do presente PAF. Todavia, no Auto de Infração, foi lançada, de forma indevida, a quantia de R\$2.421,55. O próprio autuante, na informação fiscal, reconheceu o erro cometido, procedendo à retificação do item 3 do lançamento, conforme solicitado na peça defensiva, excluindo da autuação a quantia de R\$2.179,00. Com isso a infração nº 3 foi reduzida para R\$242,55.

Este valor residual, por sua vez, já foi também recolhido pelo contribuinte, devendo ser igualmente homologado pela autoridade fiscal competente.

Frente ao exposto o Auto de Infração em lide é **PROCEDENTE EM PARTE**, posto que o item 3 do lançamento foi reduzido de R\$2.421,55 para R\$242,55.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **130076.0012/13-4**, lavrado contra **BÁRBARA WENDER DE OLIVEIRA SANTOS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$4.982,28**, acrescido das multas de 60% sobre R\$242,55 e 100% sobre R\$4.739,73, previstas no art. 42, incisos II, "f" e III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$50.116,81**, prevista no inciso XIII-A, "i", do mesmo diploma legal, com os acréscimos moratórios previstos pela Lei nº 9.837/05, devendo ser homologados os valores recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de julho de 2014.

ANGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO - PRESIDENTE

TOLSTOI SEARA NOLASCO – RELATOR

ILDEMAR JOSÉ LANDIM – JULGADOR